



**CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 03/2025**

**“Altera o art. 61-B da Lei Complementar nº 93/2016 - que “Dispõe sobre a Estrutura Administrativa, Organizacional e do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Iturama, e dá outras providências”.**

O Povo do Município de Iturama, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova, e eu, Prefeito municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica alterado o *caput* do art. 61-B e inserido Parágrafo Único ao artigo 61-B da Lei Complementar nº 93/2016 - que “Dispõe sobre a Estrutura Administrativa, Organizacional e do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Iturama, e dá outras providências”, passando a vigor com a seguinte redação:

**“Art. 61-B.** O auxílio alimentação, previsto no inciso XI do artigo 50, desta Lei Complementar, terá caráter indenizatório e será fornecido aos agentes públicos em geral da Câmara Municipal de Iturama, compreendendo os agentes políticos e servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo e provimento em comissão, podendo ser pago por meio de cartão magnético, no valor de R\$ 1.497,74 (um mil, quatrocentos e noventa e sete reais e setenta e quatro centavos).

**Parágrafo único.** Quando houver concessão de diária de viagem de agentes políticos, haverá o abatimento proporcional aos dias de viagem no auxílio de que trata este artigo.”

**Art. 2º** Excepcionalmente, até que se realize a contratação de

**Abstract**



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

ESTADO DE MINAS GERAIS



empresa fornecedora de cartão magnético, o auxílio alimentação, instituído por esta Lei Complementar, na conformidade do disposto no artigo 61-B, da Lei Complementar nº 93/2016, poderá ser pago diretamente aos servidores ativos ou agentes políticos, hipótese em que sobre o valor correspondente não incidirão quaisquer tributos, inclusive contribuição previdenciária.

**Art. 3º** As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

01 – Poder Legislativo

01.01 – Câmara Municipal

01.01.02 – Administração

01.031.0001.2.002 – Manutenção das atividades administrativas

3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

Ficha – 19

Fonte de Recurso: 1.500 – Recursos Ordinários Não Vinculados de Impostos

**Art. 4º** Fica o Poder Executivo autorizado a abertura de créditos suplementares no orçamento da Câmara Municipal no valor total de R\$ 233.553,84 (duzentos e trinta e três mil quinhentos e trinta e três reais e oitenta e quatro centavos) para fazer face às despesas para o exercício de 2025, na seguinte dotação e fonte:

01 – Poder Legislativo

01.01 – Câmara Municipal

01.01.02 – Administração

01.031.0001.2.002 – Manutenção das atividades administrativas

3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica..... **R\$ 233.553,84**

Ficha – 19

Fonte de Recurso: 1.500 – Recursos Ordinários Não Vinculados de Impostos

**Art. 5º** Para abertura dos créditos suplementares de que trata o artigo 1º desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a editar o competente decreto e, para tanto, terá como origem os recursos provenientes de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

01 – Poder Legislativo

01.01 – Câmara Municipal

01.01.02 – Administração

01.031.0001.2.005 – Assistência e Previdência INSS

3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais..... **R\$ 233.553,84**

Assinado





# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

ESTADO DE MINAS GERAIS



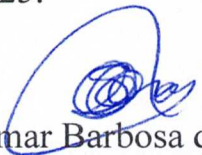
Ficha – 33


Fonte de Recurso: 1.500 – Recursos Ordinários Não Vinculados de Impostos

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Iturama/MG, 14 de fevereiro de 2025.

  
Ronaldo Vieira da Costa  
Presidente

  
Sinomar Barbosa de Moraes  
Vice-presidente

  
Ricardo Soler Souza  
1º Secretário

  
Ronei Queiroz Vasconcelos  
2º Secretário




**JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**

Nos termos da Constituição Federal de 1988, via de regra, os cargos públicos são providos após aprovação do candidato em concurso público de provas ou de provas e títulos, exceto os cargos em comissão, que são destinados as funções de chefia e assessoramento. Destacam-se também os agentes políticos, que são eleitos pela população para o exercício de mandato eletivo.

Nesse viés, enquanto os servidores públicos possuem vínculo de natureza profissional e não eventual com o Estado ou com pessoas jurídicas de direito público integrantes da Administração indireta, diferenciando-se ainda dos servidores comissionados, observa-se que os agentes políticos mantêm com o Estado vínculo de natureza política, por serem cidadãos eleitos pelo povo.

Os vereadores, portanto, correspondem a agentes públicos pertencentes à classe de agentes políticos, de modo que, para tratar de aspectos relacionados à remuneração, benefícios e outros, é necessário observar as disposições legais específicas que regem a matéria.

 Neste sentido, deve ser inicialmente ressaltado que a remuneração dos vereadores é determinada por meio subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, nos termos do artigo 39, § 4º, da Constituição Federal de 1988. Leia-se o mencionado dispositivo, *in verbis*:

Art. 39. (...)

§ 3º Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 4º **O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e**





# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

ESTADO DE MINAS GERAIS



**Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação**, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (grifou-se)

Além disso, no que se tange especificamente à organização dos Municípios, note-se que a Carta Maior também traz determinações específicas para o subsídio dos vereadores, nos seguintes termos:

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

(...)

**VI - o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe esta Constituição, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os seguintes limites máximos:** (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

(...) (grifou-se)

A princípio, portanto, compreende-se que os vereadores serão remunerados tão somente pelo subsídio fixado pela Câmara Municipal. Entretanto, é necessário ressaltar que existem parcelas indenizatórias, ou seja: que se destinando a indenizar o agente político, e que não constituem parte de sua remuneração. Tais parcelas são passíveis de recebimento pelos vereadores.

Voltando-se ao caso concreto, quanto à natureza do auxílio alimentação, conforme entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) na Consulta nº 730.772, “a questão concernente ao caráter –

*Alcindo*



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

ESTADO DE MINAS GERAIS

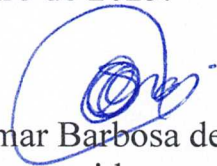


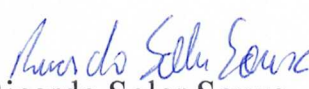
se indenizatório ou remuneratório – do auxílio-alimentação **tem a ver diretamente com a lei que instituir o benefício**” (grifou-se). Portanto, nos termos da Consulta destacada, se atribuído o caráter indenizatório, poderiam os agentes políticos auferir tal benefício, visto que não haveria óbice constitucional, conforme se infere do disposto no § 4º do art. 39 da Constituição Federal.


Neste sentido, contamos com a aprovação do presente.

Iturama/MG, 14 de fevereiro de 2025.

  
Ronaldo Vieira da Costa  
Presidente

  
Sinomar Barbosa de Moraes  
Vice-presidente

  
Ricardo Soler Souza  
1º Secretário

  
Ronei Queiroz Vasconcelos  
2º Secretário



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA


ESTADO DE MINAS GERAIS



## DECLARAÇÃO DO ORDENADOR

Para cumprimento do disposto no art. 16, inciso II, da Lei de Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, que “Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências” (Lei de Responsabilidade Fiscal), declara que o aumento da despesa ocasionado por esta lei tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual, compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentária.

Iturama/MG, 14 de fevereiro de 2025.

  
**VEREADOR RONALDO VIEIRA DA COSTA**  
Presidente da Câmara



## ANEXO I



## ANEXO I

IMPACTO FINANCEIRO ORÇAMENTÁRIO					
BENEFICIÁRIOS	QUANTIDADE	DESPESAS 2024	DESPESAS 2025	DESPESAS 2026	DESPESAS 2027
VEREADORES	13	0	R\$ 233.553,84	R\$ 270.727,86	R\$ 289.677,83
TOTAL GERAL		R\$ 0,00	R\$ 233.553,84	R\$ 270.727,86	R\$ 289.677,83

No Impacto foi considerado a quantidade de 13 vereadores

No ano de 2025 foram considerados 12 parcelas e nos demais anos 13 parcelas.

Para os anos de 2026 e 2027 foi previsto atualização de 7% para os anos de 2026 e 2027.

Iturama/MG, 14 de fevereiro de 2025

  
**Ronaldo Vieira da Costa**  
**Presidente**